

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

6



Atena
Editora

Ano 2021

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

6



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 6

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D611 Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 6 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-022-0
DOI 10.22533/at.ed.220212804

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Inicialmente localizamos o leitor quanto ao contexto de organização desta obra; pois, nesse momento, (sobre)vivemos em um contexto pandêmico no qual os desafios enfrentados perpassam as “(...) relações entre a preservação da vida e as necessidades sociais tão preciosas a nós humanos, seres gregários que somos, bem como as dificuldades relativas ao trabalho, à economia e à sustentabilidade das instituições.” (GATTI, 2020, p. 30¹).

Neste contexto, é com entusiasmo de dias melhores que apresentamos o livro: **“Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação”** cujas temáticas focam a problematização da educação em relação as práticas, discursos, subjetividades e ideias, voltadas a formação de professores, gestão educacional, contexto pandêmico, inclusão, gênero e diversidade, ensino de Ciências e Matemática, práticas interdisciplinares, profissionalização e trabalho docente, Educação à Distância, entre outros.

Uma obra estruturada a muitas mãos e que tem por objetivo socializar as diferentes produções, desde relatos de experiências a textos de pesquisas, vinculados a diferentes instituições nacionais e internacionais, ampliando o olhar acerca das temáticas que evidenciamos anteriormente. O número expressivo de artigos encaminhados para este livro e os resultados aqui apresentados, revelou a relevância da temática e dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados por diferentes pesquisadores, bem como reafirma o entendimento da imprescindível necessidade de Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação.

Dessa forma, esperamos que esta obra seja a mola propulsora para futuras reflexões e inspirações para docentes em formação e/ou exercício da docência. Que ao ler os textos que apresentamos nesse volume inspiremos investigações e práticas exitosas, permitindo um ressignificar dos processos de formação, ensino e de aprendizagem. Os artigos que compõe este livro – cada um sob olhares, discursos, práticas, ideias e impressões de seus autores – buscam galgar por questões que inquietam o cotidiano social da educação, principalmente, contribuir com as discussões que promovam a qualificação do ensino no Brasil, reafirmando a necessidade de olhares mais apurado para subjetividade que compõem as diferentes práticas e discursos educacionais.

Nesse sentido, portanto, desejamos a todos uma ótima e profícua leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

¹ GATTI, A. B. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. Estudos Avançados. vol.34 no.100 São Paulo Sept./Dec. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

FORMAÇÃO CONTINUADA E ADOECIMENTO DOCENTE: BASES HISTÓRICO-CRÍTICO-CULTURAIS PARA PENSAR POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO

Soraya Cunha Couto Vital

Vanderlei Braulino Queiroz

Sônia da Cunha Urt

DOI 10.22533/at.ed.2202128041

CAPÍTULO 2..... 12

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E IDENTIDADES DOCENTES: FORMAS DE RECEPÇÃO DE UMA PROPOSTA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM ESCOLAS CAMPO

Carolinne Porto da Silva

Luciana Maria Viviani

DOI 10.22533/at.ed.2202128042

CAPÍTULO 3..... 26

CÁLCULO DE ÍNDICE DE EFECTIVIDAD: APLICACIÓN PARA ESTUDIOS DE GRADUADOS EN PROGRAMAS UNIVERSITARIOS

David Alberto García Arango

Cesar Felipe Henao Villa

Jovany Sepúlveda-Aguirre

Luis Fernando Garcés Giraldo

José Antonio García Pereáñez

DOI 10.22533/at.ed.2202128043

CAPÍTULO 4..... 36

O POSITIVISMO NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO

Victoria Henrard

DOI 10.22533/at.ed.2202128044

CAPÍTULO 5..... 42

PRÁTICAS DE INCLUSÃO NO ATENDIMENTO ESCOLAR DOMICILIAR

Raquel Soares da Silva

Daiane de Liemes Rosa

DOI 10.22533/at.ed.2202128045

CAPÍTULO 6..... 53

EDUCAÇÃO INTEGRAL PRESSUPOSTO PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ana Abadia dos Santos Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.2202128046

CAPÍTULO 7..... 62

ACESSIBILIDADE NO IFCE: ANÁLISE SITUACIONAL DOS NAPNES

Hellenvivian de Alcantara Barros

Kelma de Freitas Felipe
Patrícia Fernandes de Freitas
DOI 10.22533/at.ed.2202128047

CAPÍTULO 8..... 71

**CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS ATRAVÉS DE PRÁTICAS EDUCATIVAS
EXPERIMENTAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS**

Diane Rita Rupp
Rosemar Ayres dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.2202128048

CAPÍTULO 9..... 81

A PROFESSORA LUCÍLIA BECHARA SANCHEZ: UMA PROFESSORA MODERNA

Francisco de Oliveira Filho

DOI 10.22533/at.ed.2202128049

CAPÍTULO 10..... 94

**CATOLICISMO E POLÍTICA ÀS VÉSPERAS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL: O
SISTEMA PAULISTA DE ENSINO NA ADMINISTRAÇÃO DO PADRE JANUÁRIO
BALEEIRO DE JESUS E SILVA (1963-1964)**

Samuel José de Carvalho
Mauro Castilho Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.22021280410

CAPÍTULO 11..... 105

**ACESSIBILIDADE ATITUDINAL E OS ENTRAVES NA INCLUSÃO DO ESTUDANTE
COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO AMBIENTE ACADÊMICO**

Carolina Eckrich Canuto
Luciana dos Santos dos Anjos
Elisângela Bezerra Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.22021280411

CAPÍTULO 12..... 116

**A CONCEPÇÃO DE ESTUDANTES E PROFESSORES(AS) DOS ANOS FINAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE SAÚDE EM ESCOLAS COM DIFERENTES
CONTEXTOS**

Márcio da Mota Machado Filho
Ivana Fontoura Carvalho
Débora Velasque de Souza
Edward Frederico Castro Pessano
Maurício Cendón do Nascimento Ávila
Fernando Icaro Jorge Cunha
Marcos Corrêa Kemmerich
Francisco Mesquita Santos
Salette Pereira Zanella
Maria José Baltar de Azambuja
Mayara da Silva Lachmann

DOI 10.22533/at.ed.22021280412

CAPÍTULO 13	124
UMA PRÁTICA EDUCATIVA INTERDISCIPLINAR AMPLIANDO O REPERTÓRIO CULTURAL DO ALUNO	
Cecilia Doracy Ulrich Regis Scarlet Karen Buzzi	
DOI 10.22533/at.ed.22021280413	
CAPÍTULO 14	136
LA GESTIÓN EDUCATIVA SEGÚN EL PENSAMIENTO DE JAIME CAICEO: UN ENFOQUE HISTÓRICO	
Estela Socías Muñoz	
DOI 10.22533/at.ed.22021280414	
CAPÍTULO 15	147
EDUCAÇÃO, DESAFIOS E DILEMAS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: GÊNERO E A MULHER ENCARCERADA	
Tailan Cristina Maciel Vanessa Elisabete Raue Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.22021280415	
CAPÍTULO 16	158
O DESINTERESSE DOS JOVENS NA AULAS DE SOCIOLOGIA, EXISTE UM CULPADO?	
Jessica Laiane dos Santos Dildo Pereira Brasil Carlos Henrique Catuaba de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.22021280416	
CAPÍTULO 17	169
PENSAR O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: PROCESSOS DE (TRANS) FORMAÇÃO COLABORATIVOS	
Isabel Tomázio Correia Manuela Matos So ia Figueira	
DOI 10.22533/at.ed.22021280417	
CAPÍTULO 18	181
A IMPORTÂNCIA DA DIVERSÃO NO APRENDIZADO DA MATEMÁTICA	
Gyslane Aparecida Romano dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.22021280418	
CAPÍTULO 19	184
A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA	
Aline Carolina Bassoli Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.22021280419	

CAPÍTULO 20.....	193
RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: REFLEXÕES DA GESTÃO ESCOLAR DIANTE DA AUSÊNCIA DOS PAIS NA EDUCAÇÃO DE SEUS FILHOS	
Isabele Guimarães Ramos	
Jadson Justi	
Jamson Justi	
Edrilene Barbosa Lima Justi	
DOI 10.22533/at.ed.22021280420	
SOBRE OS ORGANIZADORES	209
ÍNDICE REMISSIVO.....	211

CAPÍTULO 15

EDUCAÇÃO, DESAFIOS E DILEMAS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: GÊNERO E A MULHER ENCARCERADA

Data de aceite: 03/05/2021

Data de submissão: 01/02/2021

Tailan Cristina Maciel

Universidade Estadual do Centro-Oeste do
Paraná (UNICENTRO)
Guarapuava- Paraná
<http://lattes.cnpq.br/286708398844897>

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro-Oeste do
Paraná (UNICENTRO) -Departamento de
Pedagogia
Guarapuava- Paraná
<http://lattes.cnpq.br/5221333212268354>

RESUMO: O objetivo da presente investigação é refletir sobre as práticas educativas existentes nas penitenciárias brasileiras, em especial, as direcionadas às mulheres, destacando sua posição na sociedade atual, especificidades de gênero e a garantia de seus direitos fundamentais à vida. Busca-se analisar o perfil das mulheres privadas de liberdade, os motivos pelos quais levaram à privação de liberdade, considerando o perfil socioeconômico e o grau de escolarização, evidenciando, assim, a influência do meio. Nesse contexto, a educação nos espaços prisionais surge como um aporte para a construção da autonomia, integração social e emancipação das mulheres que, por vezes, são omitidas pelo Estado. A pesquisa realizada possui caráter bibliográfico. Baseia-se nos estudos de referências publicadas, buscando o entendimento

do tema em destaque e todas as indagações que norteiam o espaço prisional, além das condições das mulheres nesses espaços.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Encarceramento; Educação; Gênero.

EDUCATION, CHALLENGES AND DILEMMAS OF THE BRAZILIAN PRISON SYSTEM: GENDER AND THE INCARCERATED WOMAN

ABSTRACT: The object of the present investigation is to reflect on the existing educational practices in the Brazilian penitentiaries, especially those directed to women, highlighting their current social position, gender specifics and the guarantee of their fundamental rights to life. Seeking to analyze the profile of women deprived of liberty, the reasons that brought about the deprivation of liberty, considering the socioeconomic profile and the level of education, which gives evidence to the influence of the environment. In this context, the education in prison spaces comes as a contribution to building autonomy, social integration and emancipation of women that sometimes are omitted by the State. The research conducted has a bibliographic character. It is based on the studies of published references, seeking to understand the highlighted topic and all the inquiries that guide the prison space, in addition to the conditions of women in these spaces.

KEYWORDS: Woman; Incarcerated; Education; Gender.

INTRODUÇÃO

Apesar dos direitos conquistados pelas mulheres ao longo dos anos, a igualdade ainda se faz bastante presente nas discussões sobre gênero. A mulher, historicamente, foi fruto de discriminação pela sociedade, em todas as organizações, sejam elas: educacionais, familiares e religiosas. Os movimentos feministas têm uma grande influência nas mudanças ocorridas ao longo dos tempos, inclusive na garantia de direitos das mulheres que, por anos, foi-lhes negado.

Esse histórico de lutas, porém, não alcançou mudanças na condição da mulher presa. Em um país que foi o último a abolir a escravidão e possui retrocessos condizentes com a estrutura do país, interligados inclusive aos espaços prisionais, a exclusão social se dá de forma dupla, uma delas por ser mulher e a outra por estar presa. Nessa perspectiva, a pesquisa busca compreender quais as práticas educativas utilizadas no sistema prisional, principalmente as direcionadas ao público feminino. Tem-se, ainda, como objetivo analisar o perfil das mulheres que cumprem pena no Brasil, bem como o motivo que as levam ao cárcere, considerando toda a subjetividade do gênero.

A pesquisa realizada possui caráter bibliográfico. Baseou-se nos estudos de referências publicados, buscando o entendimento do tema em destaque, considerando todas as indagações que norteiam o espaço prisional e as condições das mulheres nesses espaços. Para tanto, a discussão foi organizada trazendo abordagens sobre a educação na prisão e a relações com o gênero feminino e o perfil da mulher encarcerada, identificando como acontece o processo de inserção da educação como forma de empoderamento nas prisões e seus desafios frente à estrutura sócio-histórica brasileira.

Dentre as constatações, foi possível observar que a educação para a mulher presa surge como uma possibilidade de emancipação, auxiliando na construção da autonomia e promovendo a educação como uma libertadora, uma prática social de resistência.

O PROCESSO EDUCACIONAL NAS PRISÕES BRASILEIRAS

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo. Os crimes são distintos, mas todos tem uma relação vinculada ao poder econômico. Segundo Robert Sampson (2002, p.17):

O poder econômico está ligado ao crime nas duas pontas: os muito pobres ingressam no crime porque não têm nada a perder, e os muito ricos cometem crimes porque a confiança na impunidade faz com que se sintam livres de qualquer controle.

Para as mulheres a realidade não se difere, pois, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), de 2016 (BRASIL, 2017), em sua maioria, as mulheres presas no país são mães solteiras, com baixa escolaridade e pertencentes à base da pirâmide social, ora, pois, suscetíveis a entrar no mundo do crime. É importante ressaltar

que, dentre as prisões femininas, 62 % delas são presas pelo regime de tráfico de drogas, uma forma emergente de suprir as suas necessidades físicas e de seus dependentes.

Vivencia-se dias difíceis, onde o conhecimento e a ignorância se confrontam e o segundo item ainda se sobressai. A forte aversão da sociedade com relação ao sistema carcerário é eminente e, ainda mais, por ser destacada pela mídia. Um exemplo disso foi a entrevista do médico Dráuzio Varella com uma transexual, que cumpre pena na Penitenciária I José Parada Neto, em Guarulhos, na Grande São Paulo. A entrevista foi ao ar no dia 01 de março de 2020, pela emissora Rede Globo. O caso tomou uma proporção negativa devido a um abraço que o médico ofereceu à detenta.

A mídia tem forte influência na visão que as pessoas têm do cárcere e, devido a isso, muitas ainda adotam os espaços prisionais com vistas a um local de opressão e penas severas, desconsiderando seu caráter fundamental, que é o de ressocialização e reinserção do sujeito a sociedade. Diante dessa análise, pode-se destacar que é preciso reestruturar esse modelo carcerário, afinal, os números apontam que o modelo vigente não é eficaz. Para tanto, a educação, ainda que de forma gradativa, mostra o caminho, que está pautado na construção de autonomia, no respeito, no diálogo e na humanização entre os sujeitos.

A educação é um direito de todo ser humano, previsto e sistematizado pelo artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Porém, os atendimentos educacionais no sistema penitenciário, ao longo dos anos, apresentaram muitos obstáculos para que o seu desenvolvimento ocorresse nesses espaços. Esses problemas, conforme Julião (2016), podem ser observados desde as primeiras experiências relatadas com educação dentro da prisão.

No Brasil, o modelo penal foi estabelecido através da influência dos modelos penitenciários vigentes na Europa e Estados Unidos. O Código Penal brasileiro começou a ser estruturado a partir da Constituição de 1824, quando são banidas as penas de açoite, a tortura, o ferro quente e outras penas desumanas. Define-se que as cadeias devem ser ambientes seguros, limpos e bem arejados, existindo diversas casas para a separação dos réus, de acordo com as circunstâncias e natureza dos seus crimes. Apesar das determinações de uma concepção de prisão mais humanizada, a realidade já se mostrava em decadência, inclusive, por não haver espaços suficientes para acomodar o número de presos.

O sistema carcerário no Brasil caracteriza-se como um problema social. Dados de 2019 mostram que, atualmente, existem cerca de 749.009 presos no país, ocupando o terceiro lugar no ranking mundial. Segundo o INFOPEN de 2016 (BRASIL, 2017), a população carcerária brasileira aumentou 7,14% desde o ano 2000, havendo um crescimento de 150% no Brasil em 17 anos.

Para Julião (2007), o perfil dos presos reflete as condições de quem é preso neste país: são pessoas de baixa escolaridade, pertencentes à classe menos favorecida e

privadas de seus direitos fundamentais de vida. As prisões, portanto, são reflexo da cultura humana e, muitas vezes, representam as contradições que afetam as camadas sociais.

Constata-se que a educação é considerada como um dos meios de promover a integração social e a aquisição de conhecimentos que permitam aos reclusos assegurar um futuro melhor quando recuperar a liberdade (JULIÃO, 2016, p. 27).

No Brasil, a educação sofreu decorrentes alterações ao longo de seu processo histórico e ainda segue um modelo de educação preocupada somente com a formação para o mercado de trabalho. Esse caráter utópico da maioria das políticas educacionais brasileiras está interligado ao simples fato de não serem associadas a uma política social que considere os fatores econômicos, culturais e políticos, o que acaba afetando na construção de um sistema educacional democrático, cujo objetivo é a autonomia, a participação do sujeito de forma positiva na sociedade à qual está inserido.

Os problemas principais que norteiam o sistema prisional brasileiro estão relacionados à precariedade da estrutura política do país, de uma cultura cuja raízes estão pautadas na violência e no descaso com os direitos humanos.

O sistema prisional possui um campo complexo, onde suas concepções estão relacionadas a preconceitos e, inclusive, disseminadas pelos diferentes meios de comunicação. Se a educação fora desses espaços ainda possui inúmeras lacunas, no que diz respeito ao cárcere é ainda mais defasado, pois, se, de um lado, há aqueles que defendem a educação como forma de reintegração e ressocialização do sujeito, de outro, há quem a veja como um benefício e até mesmo como privilégio.

A partir dessa perspectiva, o caráter de ressocialização está cada vez mais desvinculado das prisões brasileiras, ou seja, os espaços estão longes de serem ambientes que garantam os direitos fundamentais dos sujeitos, uma vez que as instituições prisionais caracterizam-se pela forte imposição da violência social, racial e de gênero.

A MULHER ENCARCERADA NO BRASIL

A partir da metade do século XX, os movimentos sociais feministas ganham espaço na sociedade, marcado por conquistas de direitos, incluindo o voto feminino. Na história, há uma ausência significativa do papel da mulher, ora, pois, majoritariamente, os registros foram construídos por homens. Embora tenham as mesmas capacidades, homens e mulheres jamais compartilharam da igualdade de direitos. A mulher, hierarquicamente, é vista pela sociedade com caráter compreensivo e passivo, a que tudo suporta.

A mulher em sua essência sempre esteve condicionada a uma perspectiva masculina, ou seja, até mesmo na garantia de seus direitos ela sujeita-se as condições impostas pelo sexo oposto. Essa forte repressão é evidenciada, inclusive, nas penitenciárias brasileiras, onde a mulher, assim como na sociedade, busca a igualdade de gênero. Para Beauvoir

(1980, p. 19),

mesmo quando os direitos são arbitrariamente reconhecidos, uma forte pressão do hábito impede que a mulher encontre nos costumes expressão concreta de sua dignidade, respeito e reconhecimento efetivo.

A questão do gênero e a posição da mulher na sociedade estão correlacionadas à representação histórica de seu papel e seu desempenho social, uma vez que os direitos se fazem meramente dissociados, quando a mulher passa a ser vista a sombras do sexo masculino.

Nas instituições prisionais, o gênero é ainda mais evidenciado, ou seja, os espaços de privação de liberdade acabam refletindo essa realidade, onde os direitos fundamentais de vida e o caráter de ressocialização são meramente desligáveis, e a mulher acaba sendo vista como produto de segregação. Dados do relatório INFOPEN Mulheres 2016 (BRASIL, 2017) apontam que a taxa de aprisionamento feminino vem crescendo. Nos últimos 16 anos, a taxa cresceu 5,25 %, ocupando a quinta maior população carcerária mundial.

Outro ponto é que, geralmente, para aguardar o futuro de seus processos jurídicos, as mulheres são direcionadas a cadeias públicas destinadas ao sexo masculino. Em condições desumanas, as mulheres são impostas a situações de perigo, sem que seus direitos sejam mantidos. Um dos fatores para essa omissão de direitos por parte dos poderes públicos é o aumento da população carcerária feminina ao longo dos anos, sendo que existem muito mais mulheres em situações de privação de liberdade do que vagas ofertadas.

Diante disso, Oliveira e Santos (2012), sobre a vulnerabilidade da mulher, ressalva:

[...] as mulheres encarceradas possuem condições específicas de vulnerabilidade e demandam atenção especial do Estado, que tem o dever de dar maior estima a essa situação, o que lamentavelmente não vem sendo observado (OLIVEIRA; SANTOS, 2012, p. 237).

A população feminina encarcerada vem crescendo, consideravelmente, ao longo dos anos. O perfil da mulher presa no Brasil é sem dúvidas aquela que está vinculada a diversos fatores como: escolaridade, influência de seus cônjuges e classe social. As mulheres com menor poder aquisitivo, portanto, são as mais vulneráveis a estarem privadas de sua liberdade. Essa vulnerabilidade já mostra o cenário infeliz que vivem na sociedade e na prisão. A mulher passa a ser invisível e ignorada, o que não se difere da realidade fora das prisões, ocorrendo a luta diária para acabar com a desigualdade de gênero. Diante do total de presas no Brasil, cerca de 80% das mulheres são mães, responsáveis únicas pelos cuidados dos filhos. Aproximadamente, 62% delas são presas pelo regime de tráfico de drogas. Interessante é que, diante desses dados, embora, a maioria das prisões femininas estão correlacionadas ao tráfico, nenhuma delas é presa por comandar o crime. O fato de estarem dispostas a posições subalternas e periféricas faz com que elas estejam mais

expostas à ação policial. Apesar dos dados serem alarmantes, ainda assim o Estado se abstém no que diz respeito à questão do gênero, conforme retrata o relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil:

[...] encarceradas apenas deveriam sofrer limitações ao seu direito de ir e vir, mas o descaso, a negligência e omissão do Estado no cumprimento de seus deveres dissemina violações de todos os demais direitos das presas que não deveriam ser afetados. O Estado, que deveria nesse universo específico construir espaços produtivos, saudáveis, de recuperação e resgate de auto-estima e de cidadania para as mulheres, só tem feito ecoar a discriminação e a violência de gênero presentes na sociedade para dentro dos presídios femininos (BRASIL, 2007, p. 6).

O sistema prisional acaba refletindo a condição da mulher na sociedade. O caráter de desigualdade e exclusão social se faz presente. Compreendendo que a função do sistema carcerário seria a reinserção social do sujeito, então, a mulher acaba sendo punida duas vezes: a primeira pelo seu delito e, conseqüentemente, por abdicar de seu papel social, que foi lhe imposto tradicionalmente.

Sobre essa posição feminina, Simone de Beauvoir (1949, p. 21) afirma:

Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje embora sua condição ainda esteja evoluindo, a mulher ainda arca um pesado handicap. Em quase nenhum país seu estatuto legal é idêntico ao do homem, e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente (BEAUVOIR, 1949, p. 21).

Nos presídios, as mulheres enfrentam uma forte opressão e são sujeitas a situações como: falta de produtos básicos de higiene, em diversos casos, elas precisam utilizar miolo de pão como absorvente interno. Além disso, sofrem violência por parte dos agentes penitenciários, que nem se quer poupam aquelas que são gestantes. Se não bastasse, contam ainda com comida estragada e, raramente, conseguem uma visita íntima.

As mulheres gestantes não podem receber acompanhamento médico e, muitas vezes, dão à luz nesses ambientes. A omissão continua após o nascimento de seus filhos, pois, embora haja o amparo da lei que garante o direito ao aleitamento materno e a companhia das mães nos primeiros meses de vida da criança, muitas delas têm seus filhos retirados de sua presença no dia seguinte ao parto.

Essa realidade é retratada no livro “Presos que menstruam”, escrito pela jornalista Nana Queiroz, após entrevistas realizadas com cerca de 100 presas. A autora retrata, de forma bastante concisa, a realidade enfrentada pelas mulheres nas penitenciárias. Além de serem privadas do acompanhar o crescimento de seus filhos, a maioria, por serem mães solteiras, acaba perdendo a sua guarda, sem se quer ter o direito de recorrer juridicamente para tal feito.

A EDUCAÇÃO COMO FORMA DE EMPODERAMENTO SOCIAL DA MULHER PRESA

As representações sociais e a posição da mulher vem sendo alvo de várias discussões e, ainda sim, a desigualdade de gênero é evidenciada em nosso meio, seja nos espaços privados quanto domésticos. O feminismo surge neste contexto como forma de resistência e enfrentamento dessa imposição de poder sobre a mulher. A luta é constante, pois se trata de uma desconstrução social, que perpetua por gerações, onde a mulher, embora tenha a garantia de seus direitos, ela ainda permanece submersa ao controle de seus corpos, seja por parte de pais, marido e, até mesmo, do Estado.

O berço dessa dominação histórica está na divisão sexual do trabalho. A posição das mulheres remete-se ao trabalho doméstico, sob condições subalternas e de exploração constante. No Brasil, o conceito de gênero só veio a ser difundido a partir da década de 1990 e, desde então, pode-se aprofundar estudos relacionados às mulheres e suas condições na sociedade. Os estereótipos da mulher são marcados pelo patriarcado, suas raízes estão pautadas na visão da mulher como dócil, cuidadora e submissa. Essa visão se instaura ao longo dos anos e é, inclusive, ressaltado pela mídia escrita e falada.

Diante dessa contextualização, apoia-se em Foucault (1984, p. 183), apontando a compreensão de que se tem da mulher é “corpos construídos como sujeitos pelos efeitos do poder”. Essa opressão é ainda evidente nos sistemas prisionais brasileiros, conforme descrito no capítulo anterior, pois a mulher está subordinada às determinações do Estado, que acaba se omitindo de sua obrigação e o sistema carcerário reflete a desigualdade de gênero que ocorre fora desses espaços.

A educação, em seu sentido amplo, tem por base a construção de conhecimento, compreendendo seu papel social na formação de sujeitos aptos a interagir com a sociedade. Embora uma parcela da população veja a educação nesses espaços como um benefício, nada mais é que um direito previsto por Lei. Frente a isso, a Lei se estende, ressaltando que sua oferta deve estar interligada às necessidades dos sujeitos e garantindo o acesso e permanência na escola sob qualquer circunstância (JULIÃO, 2016).

O Art. 83 da Lei de Execução Penal Brasileira (BRASIL, 1984) prevê que “todo estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva”. Ainda sobre a Assistência, seu Art. 10 do capítulo II, garante que “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”.

Cabe, portanto, salientar que a educação no cárcere é um dever do Estado, com qualquer sujeito que esteja privado de sua liberdade, inclusive as mulheres. As mulheres em sua maioria, lutam para que seus direitos sejam garantidos, inclusive o direito de continuar seus estudos, mesmo nas unidades prisionais. As apenadas, que adentram no sistema

carcerário brasileiro, possuem baixa escolaridade, um dos fatores que remetem a sua estadia nesses espaços. Para analisar o perfil das mulheres encarceradas, não se pode desvincular a relação com seu meio, isto é, as circunstâncias que as levaram ao cárcere, e qual a realidade que se encontrara antes de cumprir pena. A maioria das mulheres, que cumprem pena no Brasil, não conseguiu dar continuidade aos seus estudos, pois, muitas das vezes, tiveram que escolher entre trabalho e estudo e, nessa instância, por diversos fatores, acabaram por escolher a primeira opção. Neste contexto, surge aquelas mulheres que não conseguiram nem terminar o ensino fundamental.

A questão do gênero ganha espaço, uma vez que é visível que a mulher tem suas especificidades que as diferenciam dos homens. No Brasil, o índice de adesão das apenadas na rede de inclusão pela educação tem avançado. O interesse das apenadas de continuar seus estudos têm mostrado o quão expressivo tem se tornado a oportunidade de estudar.

O número de reincidente diminui para aquelas mulheres que optam pelo estudo, pois quando ganham sua liberdade tem a oportunidade de continuar ou dar início a sua vida profissional, motivadas pelos seus filhos e familiares que estão devem perto, acolhendoo-as. Nesse contexto, a educação surge como um aporte para emancipação de milhares de apenadas, garantindo uma condição de vida melhor, que nunca dispuseram ao longo da vida. Diante dessa contextualização, as ações educativas devem ser significativas para as mulheres, ou seja, ações essas, que considerem suas especificidades e a realidade que vivem.

Nesse caminho, considerando as ações educativas no cárcere, Julião (2016) destaca:

Durante muitos anos, quando se falava em educação para jovens e adultos, imaginava-se estar falando de um grupo social homogêneo com características biopsicossociais bem distintas dos demais e definidas. Não se levava em consideração as suas particularidades, especificidades, tampouco a sua diversidade: faixa etária; gênero; etnia; credo religioso; ocupação profissional; orientação sexual; situação social; e se privados ou não de liberdade (JULIÃO, 2016, p. 35).

Um dos obstáculos enfrentados para que essas práticas educativas sejam cada vez mais eficazes é o pouco investimento do Estado na educação, o que dificulta não só a escolarização das mulheres, mas de todos os sujeitos encarcerados, que encontram na educação o meio principal de sua reinserção na sociedade. Dentre as principais atribuições com relação a escola nas prisões, o diálogo e a reflexão se destacam. Nessa concepção, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve partir da realidade dos sujeitos, considerando as suas peculiaridades. Se a educação almeja uma sociedade menos desigual, conseqüentemente, o Estado deve estar ciente de sua participação, garantindo o direito de educação para todos e todas, inclusive para os grupos menos privilegiados,

marginalizados e excluídos da sociedade.

Vale lembrar que a educação sozinha não fará todo o trabalho de modificação de conduta de sujeitos em privação de liberdade, apenas poderá trazer alternativas de diferentes caminhos, ou seja, um processo que requer empenho de diversas partes, inclusive do sujeito em questão.

A formação dos sujeitos na modalidade EJA deve estar interligada com a aprendizagem que o sujeito adquiriu ao longo de sua vida, através das relações sociais. Deve, também, preocupar-se com a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, competências e valores necessários ao exercício da cidadania, possibilitando o alcance da equidade e da inclusão social para a redução da pobreza e construção de uma sociedade justa e solidária.

Assim, é preciso acreditar que através de ações conscientizadoras, capaz de aparelhar os alunos, eles poderão firmar um compromisso com a própria mudança. À vista disso, a conscientização precisa desvelar a realidade para a prática transformadora.

A escola e a educação de qualidade tornam-se um instrumento poderoso de reintegração social para os sujeitos encarcerados, inclusive as mulheres, pois, além de prepará-las para a retomada do convívio em sociedade, torna-se uma ferramenta de valorização das ações de resgate a dignidade humana, de desenvolvimento do pensamento reflexivo, e a construção da autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do cárcere é motivo de diversas discussões, seja por pesquisadores seja pela sociedade no geral. As lacunas referentes ao sistema prisional brasileiro são inúmeras e estão longe de serem preenchidas. Porém, a cada pesquisa realizada, novos aportes teóricos surgem e, juntamente, novas perspectivas referentes à problemática.

A pesquisa realizada buscou a compreensão do sistema prisional brasileiro, considerando as políticas educacionais que são destinadas as mulheres, evidenciando a forte desigualdade de gênero nas unidades prisionais, assim como na sociedade. Por serem uma parcela menor que os homens e, obviamente, por serem mulheres, as apenas acabam sendo esquecidas, sem que seus direitos sejam mantidos.

São várias as omissões sofridas pelas mulheres no cárcere. O Estado, enquanto responsável pela manutenção das penitenciárias, acaba por se abster de sua função. Dessa maneira, o caráter fundamental do sistema carcerário deixa de ser a ressocialização do sujeito, passando a fomentar as desigualdades sociais, raciais e de gênero.

As mulheres que cumprem pena no Brasil são aquelas que estão vulneráveis pelo sistema capitalista vigente, ou seja, predispostas a entrarem no mundo do crime. Diante dessa contextualização, a educação no cárcere surge como um aporte de emancipação da mulher presa.

Acredita-se que a educação pode auxiliar a mulher na construção da autonomia. Refletir a tarefa educativa no quadro prisional significa situá-la em uma perspectiva libertadora e a escola como uma prática social de resistência. A educação nos espaços prisionais deve ser pensada através das peculiaridades do sujeito, ou seja, que tenha um valor significativo para a pessoa privada de liberdade.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S.. **O segundo sexo**. Vol I e II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional no 9, de 9 de novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. **Lex**: legislação federal e marginalia, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez. 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei nº 7. 210 de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>. Acesso em 05 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/leis/2001/110172.htm>.

BRASIL. **Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil**. Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional. Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil. Washington (DC): CEJIL; 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciária (INFOPEN) – junho 2017**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.infopen.gov.br> Acesso em 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento penitenciário nacional – **Painel interativo do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.infopen.gov.br> Acesso em 15 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRAUNSTEIN, H. R. **Mulher encarcerada**: trajetória entre a indignação e sofrimento por atos de humilhação e violência. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, 2000.

GRACIANO, M. **A educação como direito humano**: a escola na prisão. 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

HAUSMANN, R.; TYSON, L. D.; ZAHIDI, S. The Global Gender Gap Report 2011. **World Economic Forum**. Geneva: Switzerland, 2011.

JULIÃO, E. F. Educação para Jovens e Adultos Privados de Liberdade: Desafios Para a Política de Reinserção social. BRASIL. Ministério da Educação. **Coletânea Salto para o futuro: EJA e Educação Prisional**. Brasília: MEC, 2007.

JULIÃO, E. F. F. Escola na ou da prisão? **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 36. n. 98 p. 25-42, 2016.

MARTINS, D. A mulher no sistema carcerário: breves reflexões. **Juízes para a democracia**, São Paulo, v. 5, n. 25, jul./set. 2001.

NONATO, E. M. N. **Educação de mulheres em situação prisional**: experiência que vem do Sul, no processo de reinvenção social. 2010. 213 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

OLIVEIRA, E. P. T. de. **Mulheres em conflito com a lei**: representações sociais, identidades de gênero e letramento. 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

QUEIROZ, N. **Presos que menstruam** [recurso eletrônico] 1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2015.

SAMPSON, R. Segurança. **Revista superinteressante**. São Paulo: Editora Abril, ed. esp., abr. 2002.

TAVARES, D. de O. **Escritas Encarceradas**: representações do universo prisional feminino nas páginas do jornal da penitenciária Talavera Bruce. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 43, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 115

Acessibilidade atitudinal 105, 106, 107, 113

Adhemar de Barros 94, 95, 99, 100, 102, 103, 104

Adoecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Afetividade 181, 183, 196

Alunos com deficiências 53, 55, 57, 58, 108, 109

Ambiente 13, 15, 23, 24, 27, 42, 43, 48, 50, 51, 54, 57, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 118, 121, 127, 134, 163, 164, 165, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 195, 196, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 206

Análisis envolvente de datos 26, 28, 30

Aprendizagem 3, 7, 8, 9, 20, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 71, 72, 73, 75, 79, 86, 92, 108, 110, 114, 115, 124, 125, 127, 131, 132, 134, 135, 155, 159, 162, 163, 169, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 210

Atendimento domiciliar 42, 44, 45, 47, 49

B

Benjamin Constant 36, 38, 39, 40, 160

C

Calidad de la educación 136

Calidad educativa 26, 30, 35

Catolicismo 94, 100, 103

Ciência 36, 37, 38, 48, 62, 63, 70, 80, 84, 93, 123, 166

Comte 36, 37, 38, 39, 40, 41

Covid-19 50, 124, 134

D

Deficiência visual 105, 106, 113

Diversão 164, 181, 182, 183

Docência 10, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 46, 78, 79, 93, 158, 167, 168, 209

Docentes 1, 4, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 72, 79, 85, 87, 110, 112, 113, 120, 121, 140, 141, 162, 170, 178, 186

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 18, 21, 25, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 82, 84, 87, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 117, 118, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 134, 135, 136, 137, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210

Educação pré-escolar 169, 170, 172, 176, 179, 180

Encarceramento 147

Enfoque histórico 136, 137

Enfrentamento 1, 2, 3, 7, 8, 9, 153

Ensino 2, 3, 4, 7, 9, 18, 19, 27, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 93, 94, 99, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 127, 131, 134, 154, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 171, 178, 181, 182, 183, 185, 186, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 206, 207, 208, 209, 210

Escola 6, 12, 14, 19, 21, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 72, 73, 75, 76, 79, 82, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 104, 108, 110, 111, 113, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 131, 134, 135, 145, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Escola regular 43, 53, 55, 57, 63, 110

Estágio supervisionado 12

Estudios de graduados 26

Experimentação 19, 38, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80

F

Família 21, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 99, 108, 112, 136, 164, 167, 168, 184, 186, 188, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Formação continuada 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 79

Formação de professores 2, 6, 10, 12, 18, 19, 25, 82, 93, 108, 161, 162, 209, 210

G

Gênero 5, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 208

Gestión educativa 136, 137, 143

Gestor escolar 193, 195, 207, 208

I

Identidades docentes 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25

Inclusão 6, 42, 43, 49, 51, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 154, 155, 158, 161, 184, 186, 189, 190, 191, 210

Inclusão escolar 53, 57, 58, 60, 61, 70, 105, 108, 114, 115, 190

Índice de efectividade 26, 28, 29

Interação 12, 14, 20, 22, 23, 24, 42, 45, 46, 51, 57, 59, 60, 64, 72, 75, 106, 127, 171, 182, 183, 186, 187, 190

Interdisciplinaridade 124, 125, 134

J

Januário Baleeiro 94, 95, 96, 97, 99, 100, 103, 104

L

Lucília Bechara Sanchez 81, 82, 84, 85, 93

M

Matemática 37, 38, 50, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 120, 123, 178, 181, 182, 183, 189, 209, 210

Matemática moderna 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93

Metodologias de ensino 71

Moderna 36, 39, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 115

Mulher 84, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

O

Orientações curriculares 169, 170, 180

P

Política educacional 94, 101

Práticas educativas 71, 73, 74, 78, 124, 127, 131, 134, 147, 148, 154, 209

Práticas pedagógicas 169, 171, 172, 174, 175, 179, 208

Q

Qualidade de vida 64, 116, 117, 123, 186, 191

R

Repertório cultural 124, 125, 126, 134

Republicanismo 36

S

Saúde ambiental 117

Sistema estadual de ensino 94

Socioambiental 117

Sociologia no ensino médio 158, 159, 161, 167

T

Teoria histórico-cultural 1

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades


na Educação

6

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

6

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021